

SORONDA

*revista
de
estudos
guineenses*



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

Nova Série n.º 8

Julho 2004

SORONDA

revista de estudos guineenses

Nova Série nº 8
Julho 2004



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

Soronda
Revista de Estudos Guineenses

Publicação semestral do
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

Nova Série, nº 8
Julho 2004

Microedição
Teresa Montenegro

Revisão dos resumos em francês
Fafali Koudawo

Capa
Katalá

Impressão e encadernação
Novagráfica

Tiragem
1000 exemplares

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
Complexo Escolar 14 de Novembro
Caixa Postal 112 - Bissau
Guiné-Bissau
inep@sol.gtelecom.gw

Índice

- Os Brames: da morte ao enterro
Leonardo Cardoso 7
- A mulher e a criança no sistema jurídico guineense
Fodé Abulai Mané 29
- O saber e o olhar colonial: política e iconografia no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa
Clara Carvalho 55
- Contribuição para o debate sobre identidades e cidadania na Guiné-Bissau
Ibrahima Diallo 85
- O conflito político-militar na Guiné-Bissau e os desafios da reconstrução e recuperação da memória e da identidade nacional
Iaguba Djaló 97
- Rituais funerários entre os Papéis da Guiné-Bissau (Parte II)
Maria Clara Saraiva 109
- Documentos
Reorganização das comunidades rurais. Base e ponto de partida para o desenvolvimento moderno da Guiné-Bissau
Lino Bicari 135

Os Autores

Leonardo Cardoso

Historiador, coordenador do Centro de Estudos de História e Antropologia do INEP.

Fodé Abulai Mané

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Bissau, mestre em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Lisboa, Director e docente da Faculdade de Direito de Bissau e investigador do INEP.

Clara Carvalho

Professora no Departamento de Antropologia do ISCTE (Lisboa), onde defendeu em 1999 uma tese de doutoramento sobre a revitalização dos regulados tradicionais na região de Cacheu, Guiné-Bissau. É investigadora associada do INEP.

Ibrahima Diallo

Licenciado em Língua Francesa: Linguística pela Universidade de Havana (Cuba) e pós-graduado em Estudos de Educação e Desenvolvimento Internacional pela Universidade de Copenhaga (Dinamarca). É actualmente investigador no INDE em Bissau.

Iaguba Djaló

Director da Biblioteca Pública do INEP de 1998 a 2003.

Maria Clara Saraiva

Directora e investigadora do Centro de Antropologia Cultural e Social do Instituto de Investigação Científica Tropical e docente no Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Lino Bicari

Licenciado em Teologia pelo Seminário PIME de Milão com cursos suplementares em Etnologia, Medicina Tropical e Etnomedicina na Universidade dos Estudos de Milão. Ex-padre católico, trabalhou 34 anos na Guiné-Bissau, Moçambique e Angola no domínio da educação, da saúde e do desenvolvimento rural. Tem o estatuto de combatente da liberdade da pátria da Guiné-Bissau.

O Saber e o Olhar Colonial: Política e Iconografia no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa

Clara Carvalho

Introdução

Todos os regimes coloniais empreenderam cartografias variadas dos territórios e das populações ocupados através da realização de trabalhos etnográficos, agronómicos ou zoológicos. Estas tipologizações e classificações foram um meio eficaz de criar um controlo efectivo através da delimitação dos seres e dos espaços controlados. A ocupação colonial foi também ideológica e simbólica e neste processo os registos iconográficos revelaram-se essenciais, criando as imagens que tornaram o desconhecido inteligível. Desde o século XVI que os relatos do exótico e das populações exotizantes circulavam na Europa acompanhados de gravuras e representações fantásticas. O desenvolvimento da fotografia e mesmo do filme, coincidentes com a fase de imposição efectiva de um projecto colonial europeu em África, foi rapidamente integrado neste processo de categorização e normatização em que se baseou o saber colonial. Lembremos como exemplo que entre os primeiros filmes realizados se contam as descrições com-

parativas dos wolof por Félix-Louis Regnault em 1895 ou os trechos sobre a expedição antropológica ao Estreito de Torres liderada por Haddon em 1899. É neste contexto que se constituem, desde o século XIX, numerosas colecções fotográficas sobre os territórios colonizados que visavam realizar o “enquadramento” do exótico e permitiam uma divulgação dos contornos e características das populações dos impérios nascentes junto dos habitantes das metrópoles (Edwards 1992, Ryan 1997).

No contexto da antiga Guiné Portuguesa, designação da Guiné-Bissau no tempo colonial, as primeiras recolhas fotográficas foram elaboradas por comerciantes locais ou por casas fotográficas sediadas no vizinho Senegal (Loureiro 2000). Esta primeira mostra iconográfica é uma variante empobrecida da actividade desenvolvida paralelamente por fotógrafos profissionais noutras colónias portuguesas em África no mesmo período. Lembremos por exemplo que em Angola e Moçambique se encontravam desde finais do século XIX casas especializadas realizando registos de intuitos comerciais, nomeadamente postais, que hoje constituem importantes colecções e fontes da história (Dias 1991). A Guiné foi uma colónia de limitado interesse comercial e económico, onde apenas se assistiu a uma colonização investida depois da guerra de 1939-45. É igualmente no período posterior à guerra que se efectuam na antiga colónia as primeiras recolhas iconográficas sistemáticas, realizadas no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, publicadas no seu órgão, o *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* (BCGP) e inseridas num projecto global de colonização científica. Constituiu-se assim uma importante colecção iconográfica que podemos seguir actualmente através da sua publicação regular no *Boletim* e da qual parte se encontra guardada nos arquivos do INEP em Bissau. Este material constitui hoje uma fonte reveladora de um certo olhar colonial: o olhar científico, classificatório, enumerador e exaustivo, mas também o olhar propagandístico, o olhar político. Neste artigo

procuraremos enquadrar esta colecção no contexto de um projecto de colonização científica empreendido pelo Centro de Estudos da Guiné Portuguesa e interpretar o olhar que estas fotografias projectam sobre as populações guineenses, sobre a sociedade colonial e sobre os actos administrativos retratados.

A “Colonização Científica” e o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa

Na antiga Guiné Portuguesa, a pesquisa etnográfica, histórica e mesmo agronómica, foi incentivada e centralizada pelo Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, criado em 1945. A institucionalização da pesquisa etnográfica neste território faz-se no contexto da instauração de uma nova política colonial, e corresponde à instalação efectiva da organização administrativa e militar na colónia, bem como ao desenvolvimento de estruturas produtivas (Cardoso 1992: 50). A Guiné constituía uma colónia de fraco interesse económico, apenas justificada por argumentos de índole nacionalista ou pela sua localização geoestratégica. Após séculos de contactos comerciais com as populações costeiras, a colonização efectiva do território iniciou-se no final do século XIX, em parte devido à visão política e nacionalista de Honório Pereira Barreto, comerciante local e Governador do território que negociou com os soberanos autóctones as concessões territoriais que viria a ceder, graciosamente, à coroa portuguesa. Os interesses portugueses na região foram negociados na Conferência de Berlim como contraponto às ambições francesas de criação de uma África Ocidental Francesa (Pélissier 1989: 232). A ocupação efectiva do território é empreendida em pleno século XX através das campanhas de “pacificação” conduzidas entre 1913 e 1936 que submeteram as populações rurais à nova autoridade (Mendy 1995). Contudo, apenas depois da

2ª Guerra Mundial a Guiné vai conhecer uma verdadeira política de colonização. O conflito mundial tinha conduzido ao implemento das trocas económicas entre a metrópole e as colónias. Por outro lado, o esboçar de uma nova ordem mundial em que se viria a reconhecer a soberania das populações então colonizadas obrigou o governo português a rever e incrementar a sua política colonial, justificada por uma ideologia imperial que defendia a noção de “missão civilizadora” de Portugal (Alexandre 2000, Léonard 1999). Esta ideologia, exposta pelo Estado Novo no Acto Colonial, baseava-se no carácter supostamente excepcional do colonialismo português. Contudo, a conjuntura política internacional criada depois da guerra de 1939-45 que tem como um dos seus expoentes a criação da ONU, cuja *Carta* estabelece no artigo 73º o direito dos povos à autodeterminação (Castelo 1998: 48), conduziu à reformulação administrativa e económica da política colonial. Um dos aspectos desta nova fase do colonialismo português consistiu no desenvolvimento da “ocupação científica” dos territórios africanos através da criação de instituições de pesquisa e do financiamento de missões técnico-científicas (Pereira 1998). Neste contexto é reformulada, em 1945, a Junta das Missões Geográficas e de Investigação Colonial (criada em 1936), no quadro da qual são criadas as Missão Antropológica e Etnológica (1945)¹ e o Centro de Estudos de Cartografia e Geografia Colonial (1946).

A Guiné, pequeno enclave votado a um semi-abandono, seria facilmente transformado internacionalmente num estandarte do desinteresse de Portugal pelas suas colónias. No contexto de pre-

¹ Duas das primeiras Missões são realizadas em 1946 e 1947 na Guiné, sob a direcção de António Mendes Correia no domínio da antropologia física, cujos resultados são publicados no *Boletim*. Como nota Gérald Gaillard, tanto o texto da sua apresentação como o facto de os resultados terem sido apresentados ao Ministro das Colónias pelo próprio Mendes Correia são exemplificativos da ligação entre pesquisa e política colonial (Gaillard 2000: 559).

paração das independências do pós-guerra urgia, para o governo português, alterar essa situação que fragilizava sobremaneira as suas prerrogativas coloniais. A implementação da nova política colonial foi particularmente investida neste território, a pretexto das comemorações do quinto centenário da sua “descoberta” em 1946, efeméride realizada no quadro da construção ideológica imperial desenvolvida pelo regime². A esta conjuntura soma-se o empenho pessoal do governador Manuel Maria Sarmento Rodrigues, futuro Ministro das Colónias, e dos colaboradores do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. Estes factores conduziram a um desenvolvimento visível, em termos tanto económicos e administrativos como culturais, de uma colónia onde a administração colonial se impunha frouxamente³ (Cardoso 1992: 50). Entre 1945 e 1946 são lançadas obras públicas por todo o território guineense, construídas as casas dos membros da administração, instalados postos sanitários. Estes marcos da ordem colonial serão inaugurados um ano depois, em 1947, pelo Subsecretário de Estado das Colónias, num acto que constitui em simultâneo a comemoração e o testemunho da existência de uma administração colonial recém-criada. Neste quadro são de salientar, como elementos mais visíveis da nova política cultural, a fundação do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa e do Museu da Guiné Portuguesa em 1945, e a publicação do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* iniciada em 1946.

Pelas razões apontadas o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa constituiu um caso exemplar, e único, da produção científica

² Lembremos que as comemorações do quinto centenário da “descoberta” da Guiné, celebrados em 1947, ocorrem no seguimento da Exposição de Lisboa de 1940, a cuja lógica de glorificação imperial obedecem.

³ Note-se que os conflitos armados de oposição à administração colonial continuaram até 1931 em Bissau e 1936 no arquipélago dos Bijagós, escassos 9 anos antes dos acontecimentos aqui narrados (fonte: “Efemérides da Guiné Portuguesa” in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, nº especial comemorativo do V Centenário da Descoberta da Guiné, 1947, pp. 101-102).

e etnográfica no contexto da administração colonial portuguesa. Além da publicação regular do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, esta instituição organizou a Segunda Conferência dos Africanistas Ocidentais, realizada em Bissau em 1947, e manteve colaboração com diversas sociedades científicas, entre as quais se destaca o IFAN (Institut Fondamental de l'Afrique Noire) em Dakar e os trabalhos realizados em conjunto sobre história da expansão e literatura de viagens relativas a esta zona. Uma das actividades prioritárias do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa consistiu na elaboração de etnografias locais, realizadas na sua maioria pelos administradores coloniais. As primeiras foram editadas na sequência do Inquérito Etnográfico, realizado em 1945 sob a égide de Avelino Teixeira da Mota, oficial da Marinha, historiador a quem se devem diversos estudos sobre a zona, e o principal impulsor das actividades do Centro. De todos os inquéritos até então realizados apenas este foi consequente⁴ e muitos dos seus dados continuam a constituir uma fonte da etnografia local. As primeiras monografias publicadas pelo Centro consistem, aliás, num desenvolvimento das respostas aos diversos itens que constituíam o Inquérito. Entre 1947 e 1972 o Centro publicou um total de 24 monografias, maioritariamente sobre a história e etnografia locais⁵, para além de algumas publicações ocasionais.

A principal produção do Centro consistiu na edição regular do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Esta publicação, iniciada em Janeiro de 1946 (coincidindo com o início das comemorações do V

⁴ Foram realizados outros inquéritos de natureza etnográfica, em 1918, 1927 e 1934 respectivamente, com a finalidade de elaborar o código de justiça indígena (Lima 1981: 25). Embora correspondam a um interesse em conhecer de forma sistemática a organização social das populações locais, acompanhando a imposição da ordem colonial portuguesa, as respostas obtidas foram em número extremamente reduzido e nunca chegaram a ser objecto de estudo (Lima 1981: 31).

⁵ Estas publicações consistem em 11 trabalhos etnográficos, 3 monografias históricas, 3 edições de textos de literatura de viagens, 6 estudos de biologia e 1 de geografia.

centenário) e terminada no número 110 de Abril de 1973, com uma periodicidade de 4 volumes por ano, congregava a investigação e informação relativas à colónia. O *Boletim* propunha-se publicar manuscritos que a Comissão de Redacção considerasse de interesse sobre a colónia, “de carácter histórico, etnográfico, científico, literário ou artístico”. Relativamente ao domínio científico (que englobava a biologia, geologia, medicina, agronomia, para além da etnografia), os autores consideravam que “Especial atenção merecerá o que se refere à etnografia, pretendendo-se desenvolver ao máximo os conhecimentos sobre os povos indígenas, pelo que o “Boletim” visará a reunir quer as observações feitas na Colónia, quer os estudos elaborados por pessoas ou entidades, de fora da Colónia, especialistas no assunto” (da norma editorial publicada no nº especial de Outubro de 1947).



figura 1: capa do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, nº 1, Janeiro de 1946

A dimensão política e ideológica destes actos é claramente enunciada por Marcelo Caetano, à época Ministro das Colónias,

que, no texto introdutório ao primeiro número do *Boletim*, insere a publicação no que designa por “sistemática ocupação científica da colónia” e acrescenta “acaso se pode fazer séria política indígena sem se saber o que a antropologia e a etnografia estão em condições de nos ensinar sobre os naturais da terra?” (I, 1, 1946: 2). Ficam assim estabelecidos os parâmetros em que se irá desenvolver a pesquisa etnográfica: os da ocupação colonial, desenvolvimento económico e “melhoramento das populações autóctones” no quadro de “uma política indígena” adequada⁶. O *Boletim Cultural* vai-se constituir no melhor espelho desta nova política de “colonização científica”.

O *Boletim* é uma publicação heterogénea onde, para além dos artigos etnográficos, históricos, de botânica, veterinária e geografia, relativos à colónia, se publicam em permanência as seguintes secções: Crónica da Colónia (descrição dos eventos oficiais da colónia, posteriormente intitulada Crónica da Província), Secção Etnográfica, Secção Económica e de Estatística, Revista de Livros e Imprensa, Crítica Bibliográfica e Publicações Recebidas. Nos dois primeiros anos (até ao número 6) foi ainda publicada a Crónica do Centenário, complementar da Crónica da Colónia. Por outro lado a Secção Etnográfica, destinada sobretudo à formação dos administradores coloniais enquanto inquiridores de terreno, bem como à divulgação do seu trabalho, rapidamente foi substituída pela secção Notas e Informações que dá conta de todas as actividades do Centro de Estudos (a partir do número 4). As três últimas secções passaram a ser incluídas em Livros e Publicações, onde se apresentam as obras que constituem a biblioteca do Centro de Estudos. Estas secções caracterizam o *Boletim* como um órgão oficial da administração colonial, para além de uma publicação científica. A sua heterogeneidade aproxima-o das miscelâneas

⁶ O carácter paternalista da posição de Marcelo Caetano face às populações colonizadas foi eficazmente demonstrado por Valentim Alexandre (Alexandre 2000) e Cláudia Castelo (Castelo 1998).

de responsabilidade das administrações coloniais publicadas noutros territórios como os Études Dahoméenes, Nigériennes ou Soudanaises, e não das publicações de índole científica como o *Bulletin de l'IFAN*, apesar das relações privilegiadas desenvolvidas com aquela instituição (Gaillard 2000: 560). Note-se que os colaboradores do *Boletim* (e do Centro) eram sobretudo funcionários administrativos coloniais, civis ou militares. Os primeiros tinham uma formação específica para a administração colonial, sendo muitos de origem cabo-verdiana, como aliás se verificava noutras colónias. Não possuíam uma formação específica, nomeadamente em antropologia (ao contrário das colaborações de médicos, agrónomos, biólogos, veterinários), cujo ensino era incipiente em Portugal. É aliás reconhecido no primeiro número que: “É já lugar comum dizer-se que há duas categorias de pessoas indicadas mais que nenhuma outras para fazer avançar os estudos etnográficos: os funcionários administrativos e os missionários.” (I, 1, 1946: 123)⁷. Nesta afirmação de Avelino Teixeira da Mota não há lugar para antropólogos profissionais pois a categoria e a especialização, na sua vertente extra-europeia, não existiam em Portugal⁸. Muitos dos funcionários coloniais que colaboravam no Centro vieram a efectuar cursos superiores de administração colonial na escola de Lisboa, privilegiando a investigação etnográfica nas teses que desenvolveram neste campo. Autores e textos estão intimamente ligados à prática colonial, e podemos seguir a evolução e profissionalização da administração colonial pelos percursos dos colaboradores do *Boletim*. Note-se que nas investigações etno-sociológicas publicadas no *Boletim* são poucas as colaborações estrangeiras (ao

⁷ Não deixa de ser irónico que esta afirmação seja assinada por Avelino Teixeira da Mota, oficial da marinha que posteriormente passará a ser descrito no próprio *Boletim* como “etnógrafo”.

⁸ Até à 2ª Guerra Mundial a antropologia em Portugal estava ligada a estudos de folclore e de recolha de literatura oral. A situação altera-se depois da guerra, com a criação do Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina onde, contudo, a primeira cadeira de antropologia só seria leccionada em 1956 por Jorge Dias.

contrário dos artigos de carácter histórico) e os autores se mantêm constantes ao longo dos 27 anos da publicação: Avelino Teixeira da Mota, António Carreira, Fernando Rogado Quintino, Augusto Santos Silva, Artur Martins de Meireles, para além do veterinário João Tendeiro, são nomes que se repetem em quase todos os números publicados.

Fotografia e Sociedade Colonial

A actividade do Centro enquadra-se numa tentativa de colonização científica realizada de forma sistemática pela primeira vez num período já tardio nesta antiga colónia portuguesa. A publicação regular deste *Boletim* permite seguir detalhadamente o desenvolvimento desta tentativa de regulamentação, tipologização, classificação e controlo das pessoas e coisas do território guineense. Neste esforço classificatório, o *Boletim* publicou regularmente fotografias que, no seu conjunto, constituem um *corpus* expressivo deste período colonial tardio. As fotografias surgem desde o primeiro número como ilustração dos artigos, tanto isoladas como sob a forma de uma reportagem. A partir de 1946 (nº 3) são também publicadas numa secção específica intitulada “Aspectos e Tipos da Guiné Portuguesa”. Apesar de a sua publicação ser sistemática, em nenhum momento é afirmada a intenção de se constituir uma colecção ou é dada qualquer indicação sobre a motivação e objectivos dos editores relativamente a esta recolha iconográfica. Em 1953, numa revisão crítica sobre as actividades do Centro de Estudos, Avelino Teixeira da Mota refere a preocupação com o aspecto gráfico do *Boletim*, com a finalidade de tornar a publicação “mais facilmente aceitável por uma maior massa de público, com o fito de popularizar os problemas culturais da Guiné e não os deixar circunscritos a um reduzido número de pessoas.” (VIII, 32: 613). Mas o autor não se refere explicitamente à edição de fotografias

mas às vinhetas que acompanham os textos, e a sua enumeração das várias secções que constituem o *Boletim* é omissa sobre a secção Aspectos e Tipos. Embora a publicação de fotografias se possa inserir na preocupação de popularizar o *Boletim*, o facto de nunca serem referidas não deixa de ser significativo: a sua função surgia como demasiado óbvia perante os seus próprios produtores. É o lado invisível desta visibilidade aparente que procuramos expor neste texto.

O *corpus* fotográfico do *Boletim* é extenso e a sua publicação regular. Ao longo de 27 anos foram publicadas 3170 fotografias (3351 se incluirmos o número especial do *Boletim* dedicado à comemoração do V Centenário), a uma média aproximada de 29 fotografias por número editado. O primeiro volume abre com uma fotografia de Marcelo Caetano, então Ministro das Colónias, seguindo-se uma pequena reportagem sobre a visita do Governador pelo território da Guiné. Encontramos igualmente a primeira fotografia etnográfica ilustrando um artigo de Mendes Moreira⁹ sobre os Bijagós, e outra sobre o Laboratório de Veterinária e Indústria Animal num trabalho sobre o controlo da peste bovina. Estes registos são expressivos de uma forma de utilizar a imagem que se manterá constante nos próximos 27 anos, como ilustração de actos oficiais, de intervenções técnicas e de artigos científicos, e como um documento etnográfico. O *corpus* fotográfico divide-se em três grandes conjuntos, de que surgem exemplos em todos os números do *Boletim*: as fotografias dos actos oficiais, ilustrando as secções Crónica da Colónia e Crónica do Centenário (até 1947), a fotografia etnográfica e a ilustração de artigos científicos, geralmente de veterinária ou agronomia, a que podemos acrescentar os estudos históricos que por vezes são acompanhados de reprodu-

⁹ Mendes Moreira viria a ser um dos numerosos funcionários administrativos que se viriam a graduar em Lisboa, no ISCPU.

ções fotográficas de documentos. Na Crónica da Província foram publicados 852 fotogramas (1033 se acrescentarmos a Crónica do Centenário); as fotografias entendidas como recolhidas etnográficas compreendendo a secção Aspectos e Tipos (431) e ilustrações de artigos sobre as populações autóctones (527) perfazem um total de 958; com os artigos científicos e históricos foram publicadas 1359 fotografias. Na sua totalidade formam um conjunto de representações iconográficas significativo sobre as actividades coloniais, e expressivo da forma como são expostos o território e as populações controladas.

A fotografia surge, em primeiro lugar, como uma justificação (mais) do acto colonizador e da ordem governativa, expressa desde a primeira página do *Boletim* onde o Ministro nos fita solene, seguindo-se uma sucessão de imagens que ilustram a encenação própria do Estado, em que a multidão ordeira assiste interessada à passagem do carro do Governador. Encontramos a mesma encenação do poder no segundo número, numa reportagem sobre a visita do Governador a Cacheu, onde o seguimos a ser levado em braços, num palanquim, por guineenses não identificados, ou a receber uma bandeira das mãos de uma mulher identificada como “cristã” que se inclina numa vénia.

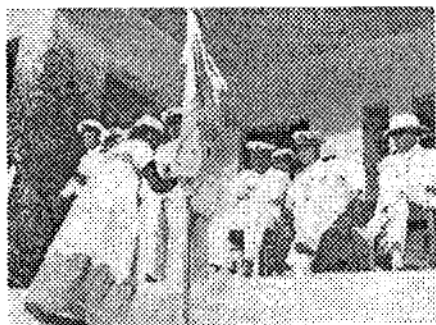


figura 2: visita do Governador a Cacheu, *BCGP*, nº 2, Abril de 1946

Um outro exemplo da fotografia como forma de construir a memória do acto colonial encontra-se nas reportagens de missões técnicas, realizadas por núcleos de profissionais especializados, como é o caso do artigo de F. S. Cruz Ferreira, A. R. Pinto e Lehmann de Almeida intitulado “Estudo da Ancilostomíase na Guiné Portuguesa” publicado no nº 12, Outubro de 1948. Este é acompanhado por uma reportagem que procura documentar as várias etapas da realização desta missão. Mas a selecção de fotografias – e respectivas legendas – não é inocente: uma sequência inicia-se com o “local de defecação ao ar livre”, seguindo-se a população agrupada para ser examinada, os técnicos debruçando-se sobre papéis em cima de uma mesa e um grupo de crianças afectadas. Note-se a necessidade de isolar hábitos de higiene desvalorizados pelo observador, a exposição do controlo da população, a encenação do trabalho e, por fim, o agrupamento de crianças que ilustra a urgência da intervenção de rastreio, diagnóstico e tratamento ocidentais.

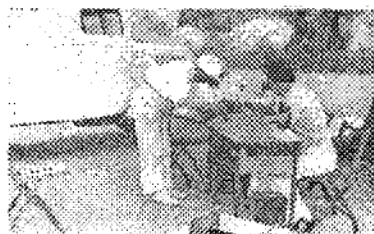


figura 3: ilustração de “Estudo da Ancilostomíase na Guiné Portuguesa”
in *BCGP*, nº 12, Outubro de 1948

Este conjunto de imagens é expressiva de uma determinada visão das actividades dos colonos. Em termos técnicos são maioritariamente fotografias de planos gerais, muitas vezes tiradas em contra-picado, favorecendo a apresentação dos grupos de intervenientes e das encenações de poder que estas perpetuam, acentuados pelo ângulo de visão escolhido. Os únicos personagens identificados são os colonos nos actos de governar, do qual os guineenses servem de justificação e ilustração anónima. As fotografias surgem raramente isoladas, exceptuando-se a imagem inaugural do Ministro das Colónias que surge a patronizar a publicação, ou as dos sucessivos governadores cujos retratos oficiais abrem os números seus contemporâneos. As restantes assumem a forma de uma reportagem, meio particularmente adequado à ilustração seja da cenografia dos actos oficiais (como no caso da visita do Governador a Cacheu), seja da encenação de uma ordem e de um sentido, aqui exemplificados nas fotografias que ilustram as actividades da Missão da Ancilostomíase. Estes exemplos são ilustrativos da utilização da fotografia como um meio de encenar o poder e de justificar os actos coloniais enquanto estabelecimento de uma ordem (utópica). A utilização de reportagens fotográficas como representação dos actos tanto oficiais como técnicos é constante até ao final da publicação do *Boletim*, em 1973.

Um outro tipo de fotografias podem ser designadas de "etnográficas" por procurarem ilustrar aspectos das actividades produtivas, familiares e lúdicas, ou simplesmente do vestuário das populações rurais guineenses. Como foi referido, o exemplo inicial desta série surge no primeiro volume e representa dois dançarinos bijagós. Trata-se de uma fotografia com características semelhantes a muitas das suas sucessoras, em que numa posição distante, com um olhar vazio, o fotografado faz uma resistência muda ao fotógrafo. A fotografia é tirada num plano médio que permite apreciar alguns dos detalhes dos fatos e adornos dos dançarinos. Estes

apenas são identificados pela sua função (dançarinos) e pertença étnica (bijagós).



figura 4: “Dançarinos bijagós da ilha de Bubaque” in Mendes Moreira
“Os Bijagós”, BCGP, n° 1, Janeiro de 1946

Até ao final da publicação, o *Boletim* editará fotografias com características semelhantes: focando grandes planos ou planos médios, centradas num único personagem ou, mais raramente, nos vários intervenientes de uma actividade, e procurando ilustrar a “variedade étnica” da Guiné. A partir do número 3 (Julho de 1946) surge uma secção específica para estas fotografias (Aspectos e Tipos da Guiné Portuguesa), na qual são editadas, fora do texto e em papel *couché*, inicialmente uma fotografia, depois duas (desde o n° 11, Julho de 1948) e finalmente seis imagens (desde o n° 45, Janeiro de 1957, até 1973).



Fotografia de Yacé

figura 5: secção Aspectos e Tipos da Guiné Portuguesa
in *BCGP* n° 12, Outubro de 1948

Trata-se de uma secção heteróclita onde se misturam fotografias etnográficas e da flora local e que visa ilustrar a diversidade natural e cultural da Guiné. Para além desta analogia significativa entre a variedade cultural e a variedade natural, note-se que as fotografias procuram caracterizar os sujeitos representados como elementos de sociedades pré-coloniais. Estas fotografias visam exacerbar a diferença física e cultural de pessoas que nos surgem sempre como intocadas pelo processo colonial a que foram sujeitas, e como representantes passivos de um primitivismo ideal. Tratam-se de ilustrações de “tipos” puros, dotados de uma essência única, pelo que os retratados nunca são nomeados – mesmo

quando essa identificação individual está assinalada no fotograma original¹⁰.



figura 6: “Régulo manjaco”, secção Aspectos e Tipos da Guiné Portuguesa in BCGP n° 56, Outubro de 1959

Como as pessoas retratadas não são nomeadas, a sua identificação vai assentar nas categorias de género (“mulher felupe” ou “homem balanta”, por exemplo), grupo etário e actividade profissional, esta última categoria integrada na caracterização das actividades tradicionais. Por outro lado, repetem-se os retratos de membros de elites tradicionais, régulos ou dignitários islâmicos,

¹⁰ É o caso de uma fotografia de um régulo de Pecixe, Ocante Adjibane, publicada no n° 56 (Outubro de 1959), cujo original, devidamente identificado, está guardado no arquivo fotográfico do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), em Bissau.

cujas representações são sempre cuidadas e encenadas¹¹. Note-se que esta insistência é exemplificativa da atenção dada a grupos que o ministro Adriano Moreira classificava como as elites locais a serem integradas na sociedade colonial (Pereira 1998, xvi). As principais representações de guineenses nas páginas do *Boletim* insistem na sua caracterização enquanto sujeitos desintegrados do processo histórico, remetendo a representação da população urbanizada e/ou ocidentalizada para as fotografias e reportagens de actos oficiais, anteriormente referidas¹².

Um dos aspectos a salientar na secção *Aspectos e Tipos* é a forma como, de uma maneira subtil, se altera o sentido da mensagem que se pretende fazer passar a partir do início dos anos sessenta, coincidindo com o conflito armado que teve início em 1963 e se prolongou até à independência em 1974. Note-se que, em todo o *Boletim*, não há referências directas à guerra de libertação e esta apenas é insinuada pelo registo da chegada de tropas na Crónica da Província, por uma maior insistência nos artigos etnográficos, ou por uma nova orientação na selecção de fotografias das populações guineenses. Na sua maioria, os retratados da secção *Aspectos e Tipos* mostram uma atitude não-cooperante, não procurando nenhum inter-relação com o fotógrafo, antes optando por uma posição de resistência passiva. Contudo, a partir do início dos anos sessenta, procuram-se publicar de forma sistemática as fotografias que representavam sujeitos em interacção com o fotógrafo. Multiplicam-se as fotografias de régulos e dos seus familiares com os quais, desde finais da década de sessenta, se procuraram estabelecer novas pontes de contacto visando o controlo das po-

¹¹ Assinale-se a publicação da fotografia de um dignitário islâmico no nº 22 (Abril de 1951), retirada em picado e retocada em estúdio.

¹² Sobre a polarização da representação de africanos na fotografia colonial é pertinente a análise de Nuno Porto sobre a colecção de fotografias do Museu do Dundo (Angola) (Porto 1999).

pulações rurais. É igualmente nesta altura que surge um maior número de fotografias de mães com filhos de colo. Tal como no exemplo anterior trata-se de retratos que visam enaltecer os laços de cooperação e comunicação entre colonizadores e colonizados e encenar uma normalidade familiar, e mesmo um ideal de fertilidade, que contrastam violentamente com a guerra então vivida.



figura 7: “Mãe felupe”, secção Aspectos e Tipos da Guiné Portuguesa, BCGP n° 91-92, Maio-Agosto de 1968

Um último *corpus* de imagens é constituído pelas fotografias que ilustram artigos monográficos de colaboradores que fizeram a sua formação no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, tais como Fernando Rogado Quintino, José Mendes Moreira, António Carreira e Artur Augusto da Silva. Estes autores publicam artigos dedicados a um tema específico, muitas vezes extractos das suas teses de licenciatura, acompanhados de fotogra-

fias que formam seqüências sobre uma determinada característica social, actividade profissional ou encenação ritual. Este conjunto iconográfico tem características semelhantes às que reconhecemos nas ilustrações de alguns artigos científicos: são realizadas seqüências de reportagem, as fotografias privilegiam o plano geral, o qual valoriza a encenação colectiva sobre os detalhes individuais, e são acompanhadas de legendas directamente relacionadas com os acontecimentos relatados. Nestes trabalhos de índole etnográfica a fotografia ilustra uma vez mais uma determinada visão das populações guineenses como pertencendo a isolados culturais e sociais de fronteiras bem definidas. Vejamos aqui o exemplo do artigo de Fernando Rogado Quintino, “Os Povos da Guiné” (*BCGP*, n° 96, pp. 861-915), onde o autor procura ilustrar a variedade das estruturas familiares guineenses:

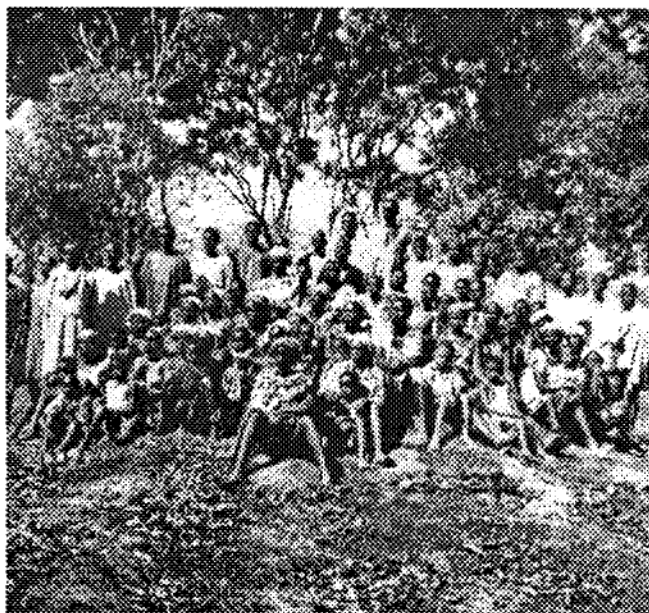


figura 8: “Uma família de tipo clânico do grupo balanta-mané” in Rogado Quintino, “Os Povos da Guiné”, *BCGP* n° 96, Outubro de 1969, pp. 861-915

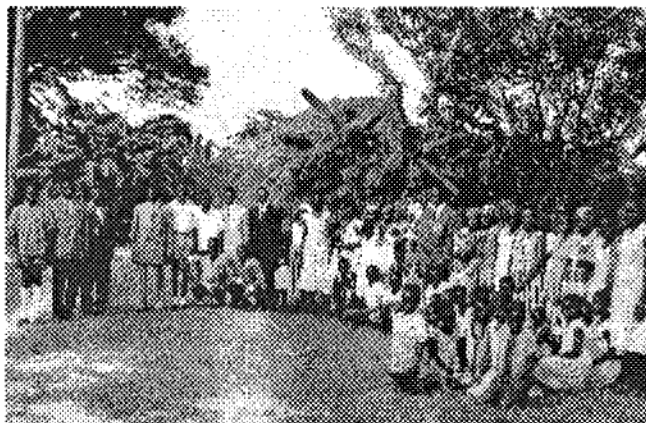


figura 9: “Família manjaca de Baticã Ferreira” in Rogado Quintino, “Os Povos da Guiné”, *BCGP* n° 96, Outubro de 1969, pp. 861-915

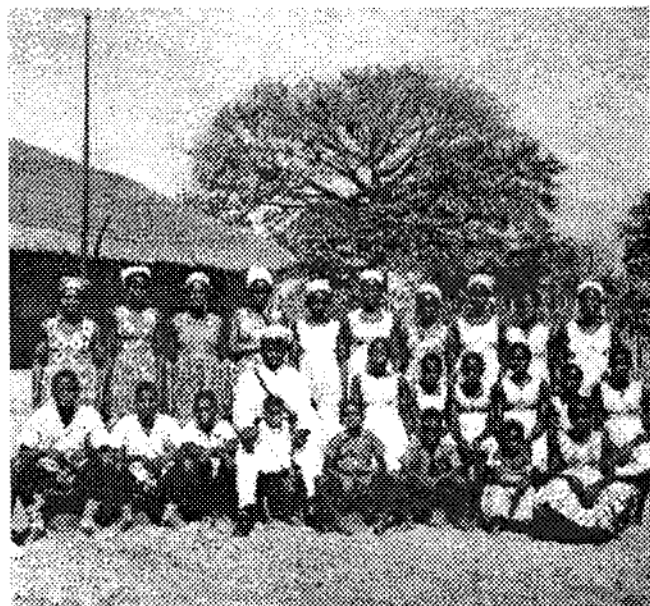


figura 10: “Um régulo fula, oficial de 2ª linha, com as suas mulheres e filhos” in Rogado Quintino, “Os Povos da Guiné”, *BCGP* n° 96, Outubro de 1969, pp. 861-915



figura 11: “Sambel Coio, filho de um antigo régulo de Sam-Corlá (do grupo fula), com as suas mulheres e filhos. É pessoa que vive em casa de tipo europeu e aprecia muito o conforto da vida ocidental” in Rogado Quintino, “Os Povos da Guiné”, *BCGP* n° 96, Outubro de 1969, pp. 861-915

Neste artigo a fotografia ilustra e legitima a comparação que o autor efectua entre as diferentes estruturas familiares e sociais guineenses. Um olhar mais atento sobre este conjunto iconográfico descobre uma encenação intencional: na primeira fotografia (figura 8), um grupo de pessoas encena a estrutura clânica, onde dificilmente reconhecemos outras diferenças para além das de género e de idade e não identificamos as relações específicas que ligam entre si os indivíduos retratados. O próprio local escolhido para este retrato de grupo, no meio de árvores frondosas, evoca a pujança natural do “clã”. A segunda família retratada é a do régulo Baticã Ferreira (da Costa de Baixo, actual Canchungo). Neste caso o grupo familiar é devidamente identificado, os retratados estão ordenados em poses hirtas e ocidentais. A fotografia é retirada no quintal de uma casa, um espaço culturalizado e familiar para o

leitor. O mesmo se passa com a terceira e quarta famílias retratadas, igualmente de soberanos, cujos elementos exibem posturas ordenadas e controladas, mostrando as marcas de adesão aos valores ocidentais e da administração colonial (o fato de oficial distribuído aos régulos, o mastro da bandeira, a casa de modelo português).



figura 12: “Um balanta monógamo, com a sua mulher e o seu primeiro filho” in Rogado Quintino, “Os Povos da Guiné”, *BCGP* n° 96, Outubro de 1969, pp. 861-915

A última fotografia desta série¹³ refere um “balanta monógamo” acompanhado da mulher e filho. A encenação ilustra a união monogâmica entre pessoas do mesmo grupo etário e privilegia, por

¹³ Note-se que neste artigo apenas é apresentada uma parte da sucessão de fotografias que acompanha o artigo de Rogado Quintino, embora respeitando a ordem original.

um lado, a exposição da sua fertilidade e, por outro lado, a proximidade dos corpos, indicando uma afectividade e um tipo de união que se aproxima do modelo ideal de relação conjugal no ocidente. É significativo que estas fotografias conduzam o leitor da representação inicial do clã indistinto à de uma estrutura familiar semelhante ao modelo ocidental, passando pela exposição da intervenção da ordem colonial consubstanciada nas representações familiares dos dignitários locais. Esta sucessão, que encena um modelo evolutivo dos tipos de família, é também a única representação de populações rurais onde são expostos e valorizados os elementos que denotam a inserção numa sociedade colonial, através das roupas, postura, construções e, sobretudo, das legendas. Note-se que as identificações individuais privilegiam as famílias de régulos, com os quais se ensaiava neste período uma política de aproximação, no quadro da política administrativa conhecida “Por uma Guiné Melhor” lançada pelo governador António Spínola¹⁴. As ilustrações deste texto são significativas de uma determinada visão das populações retratadas, privilegiando os traços de adesão ao modelo ocidental (ao contrário das fotografias publicadas na secção Aspectos e Tipos), e procurando transmitir uma ideia de ordem social enquanto uma hierarquia dominada por régulos colaborantes, que correspondia ao modelo de *indirect rule* imposto pela administração colonial.

¹⁴ Um dos aspectos mais salientes do programa político conhecido como “Uma Guiné Melhor” foi a criação dos Congressos dos Povos da Guiné, onde a administração procurava reunir todos os régulos e chefes locais do território para, através deles, aceder e garantir o suporte das populações rurais.

Conclusão

Da análise do *corpus* de fotografias publicadas no *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* ressalta, em primeiro lugar, o lugar de destaque ocupado pela representação fotográfica nesta publicação, implicando o reconhecimento do seu poder como meio de legitimação e de encenação de ideais. Estas fotografias agrupam-se em dois modelos, presentes desde o início da publicação: por um lado, a reportagem, reservada para os actos dos elementos da administração e das missões científicas, onde as populações locais são secundarizadas, e, por outro lado, a fotografia de sujeitos isolados. Paradoxalmente, estes últimos ilustram a distância e a intocabilidade dos sujeitos pela acção colonial – a qual é representada apenas nas reportagens dos actos oficiais. Os fotografados, representantes para o leitor ocidental da diversidade étnica e mesmo de um ideal de primitivismo, demonstram pela sua pose uma atitude de oposição passiva. Este tipo de representação conhece uma alteração subtil durante o conflito armado, sobretudo nos artigos de investigadores com formação académica, onde surgem as primeiras fotografias reveladoras da interacção entre fotógrafo e fotografado, entre colonos e colonizados.

A fotografia revelou-se um auxiliar precioso do projecto de “ocupação científica” da Guiné de que o *Boletim* era o principal elemento de divulgação e, actualmente, uma fonte histórica relevante. A ocupação da colónia passou pela sua delimitação cognitiva e pela sua representação enquanto território colonizado. As fotografias permitiam encenar a ordem colonial e demonstrar a ordem utópica que a potência colonial pretendia instaurar, bem como ilustrar a diversidade étnica essencial que era suposto encontrar¹⁵. Tal como

¹⁵ Trata-se de um processo semelhante ao que foi desmontado por Gyan Prakash a propósito da colonização britânica do subcontinente indiano (cf. Prakash 1999).

ocorreu noutros contextos, a fotografia serviu para essencializar a percepção do Outro e insinuar, em diferenças de cultura material, capacidades intelectuais e físicas diversas. Como reconhece Elizabeth Edwards, “*Through photography (...) the ‘type’, the abstract essence of human variance, was perceived to be an observed reality*” (Edwards 1992: 7).

A fotografia colonial é actualmente considerada como um dos elementos mais expressivos não só da história da colonização como da história das mentalidades. O seu carácter mimético foi apontado por numerosos autores, que salientam a ilusão do real que esta transmite (Sontag 1983, Edwards 1992, Ryan 1997) ou o aparente controlo da diferença e do incontrolável que permite (Taussig 1993). O conjunto de fotografias publicadas pelo *Boletim*, para além de cumprirem funções de tipologização e de ilustração, são expressivas das tensões sociais que caracterizaram este período e representativas de uma *evolução do olhar* onde encontramos a marca dos conflitos políticos vividos. As fotografias são igualmente objecto de leituras diversificadas. A reinterpretação deste material permite actualmente desmontar o discurso e o processo de imposição da ordem colonial.

Referências citadas

- ALEXANDRE, Valentim, 2000 – “A África no imaginário político português (séculos XIX-XX)” in *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*, Lisboa, Afrontamento, pp. 219-229.
- Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* – vol. 1 - 28 (nº 1-110), Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- CARDOSO, Carlos, 1992 – “A ideologia e a prática da colonização portuguesa na Guiné e o seu impacto na estrutura social, 1926-73”, *Soronda* 14 (1992), 29-64.
- CASTELO, Cláudia, 1998 – “O Modo Português de Estar no Mundo”. *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Lisboa, Afrontamento.
- DIAS, Jill R., 1991 – “Photographic Sources for the History of Portuguese-Speaking Africa, 1870-1914”, *History in Africa* 18 (1991), 67-82.
- EDWARDS, Elizabeth (ed.), 1992 – *Anthropology and Photography 1860-1920*, New Haven & London, Yale University Press & The Royal Anthropological Institute.
- GAILLARD, Gérald, 2000 – “Brève évocation d’une histoire de la constitution du savoir ethnologique relatif à la Guinée-Bissau” in *Migrations anciennes et peuplement actuel des côtes guinéennes*, direcção de Gérald Gaillard, Paris, l’Harmattan, pp. 539-577.
- GALLO, Donato, 1988 – *Antropologia e Colonialismo. O saber português*, Lisboa, IER-Heptágono.
- LÉONARD, Yves, 1999 – “O Império colonial salazarista” in *História da Expansão Portuguesa*, vol. V (Último Império e Recentramento (1930-1998)), direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 10-30.
- LIMA, Diana, 1981 – *Situation et évaluation de l’anthropologie coloniale en Guinée-Bissau*, thèse de D.E.A., Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris.
- LOUREIRO, João, 2000 – *Postais Antigos da Guiné*, Lisboa, edição de autor.
- MENDY, Peter Karibe, 1994 – *Colonialismo português em África: a tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*, Bissau, INEP.
- MOTA, Avelino Teixeira da, 1947 – *Inquérito Etnográfico*, Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- PELISSIER, René, 1989 – *História da Guiné. Portugueses e africanos na Senegâmbia (1841-1946)* (2 vols.), Lisboa, Editorial Estampa.

- PEREIRA, Rui, 1998 – “Introdução à reedição de 1998” in Jorge Dias, *Os Macondes de Moçambique*, vol. 1, Lisboa, CNCIDP e IICT.
- PORTO, Nuno (coord.), 1999 – *Angola a Preto e Branco*, Coimbra, Museu Antropológico da Universidade de Coimbra.
- PRAKASH, Gyan, 1999 – *Another Reason. Science and the Imagination of Modern India*, Princeton, Princeton University Press.
- RYAN, James R., 1997 – *Picturing Empire. Photography and the Visualization of the British Empire*, London, Reaktion Books.
- SONTAG, Susan, 1983 (1973) – *Sur la photographie*, Paris, Seuil.
- TAUSSIG, Michael, 1993 – *Mimesis and Alterity: A Particular History of the Senses*, New York, Routledge.

Résumé

En tant que projet visant à maintenir l'hégémonie européenne, le colonialisme a été imposé de différentes manières. Un des problèmes auxquels les administrateurs coloniaux ont fait face était comment comprendre le tissu social local et l'intégrer dans des modèles sociologiques intelligibles. Ce besoin d'une connaissance détaillée des structures sociales a motivé l'appui officiel aux centres et aux projets de recherche, développant un corpus de connaissances des territoires et des populations colonisés. Le projet colonial a mené à l'imposition d'un projet scientifique de classification du territoire et de son peuple qui était essentiel au contrôle et à la délimitation de cet espace et de sa population. En Guinée dite portugaise ce processus a pris du temps (par rapport à d'autres colonies et à d'autres administrations coloniales) et s'est organisé tardivement autour des travaux du Centre de Recherches de la Guinée Portugaise, créé en 1945. La production principale de ce Centre était l'édition régulière de sa revue, le Bulletin Culturel de la Guinée Portugaise (Boletim Cultural da Guiné Portuguesa) publié de 1945 jusqu'à 1973. Les études ethnographiques publiées dans cette revue, ainsi que les monographies éditées par le Centre, forment le corpus principal de l'ethnographie diffusée pendant la période coloniale en Guinée et sont toujours citées comme une des plus importantes sources ethnographiques de ce pays. L'auteur propose dans cet article une analyse du Bulletin lui-même, et en particulier des photographies publiées par cette revue, comme moyen de créer/légitimer des modèles sociologiques. L'article examine aussi les contraintes derrière ces études.